

INDÍGENAS COTISTAS INGRESSANTES NA UEMS EM 2004: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS CAUSAS DE EVASÃO, FACE ÀS AÇÕES DE PERMANÊNCIA DESENVOLVIDA PELA INSTITUIÇÃO

Shirley Flores Zarpelon¹
Maria José de Jesus Alves Cordeiro²

RESUMO: A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS foi à primeira universidade do país a implantar cotas para os indígenas, buscando viabilizar de forma mais ampla o acesso e conseqüentemente o ingresso destes no ensino superior. Este acesso decorreu de uma decisão do Governo do Estado através da Lei n. 2589 de 26/12/2002. Desde a implantação das cotas e do ingresso dos primeiros indígenas, percebeu-se que o acesso estava sendo atendido, mas que a permanência dos mesmos não era garantida. Esta pesquisa foi realizada com o propósito de descobrir os índices e os motivos da evasão dos indígenas cotistas nos diversos cursos e Unidades Universitárias da UEMS, bem como outros dados que possam proporcionar a UEMS subsídios para garantir a criação e efetividade das ações de permanência. No quesito permanência a instituição tem dois tipos de ações específicas para os indígenas cotistas: **Programa Rede de Saberes e Bolsa Vale Universidade Indígena (PVUI)**, esta oriunda do Convênio com o Governo do Estado. Esta pesquisa analisará e interpretará os dados de evasão dos primeiros indígenas cotistas no período de 2004 a 2007. Os dados foram coletados através de questionário aplicado aos indígenas evadidos e os indígenas remanescentes do primeiro ingresso (2004), pois alguns ainda não concluíram o curso.

Palavras-chaves: Evasão, indígenas, permanência, cotas.

INTRODUÇÃO

A UEMS apesar de ser uma das pioneiras na implantação do sistema de cotas para negros, sendo vanguardista juntamente com as Universidades Estaduais da Bahia e Rio de Janeiro, foi a primeira no país a implantar cotas para indígenas, assunto este, ainda tratado de forma superficial e carregado de tabu, sofre ainda um processo típico de adaptação, de quem participa e acredita na educação para todos, como instrumento poderoso do exercício da cidadania.

O indígena cotista vislumbra nesta oportunidade do ingresso na Universidade, uma chance de ajudar sua comunidade a ser cada vez mais respeitada, como também o reconhecimento de seus direitos e de sua cidadania, como afirma Luciano (2006, p.89).

¹,Graduanda do curso de Pedagogia, Bolsista PIBIC, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Caixa Postal 351, 70804-970, Dourados, MS. E-mail: shirleyfloresz@hotmail.com;

²Pedagoga, Professora Titular da Universidade Estadual de Mato Grosso, Caixa Postal 351, 70804-970, Dourados, MS. E-mail: maju@uems.br

A cidadania é um recurso apropriado pelos povos indígenas para garantir seu espaço de sobrevivência em meio à sociedade majoritária. Por isso muitos antropólogos afirmam que enquanto os brancos naturalizam a cidadania, os índios instrumentalizam-na, uma vez que para o povo indígena o que é natural é a sua especificidade étnica.

Ao indígena sulmatogrossense deu-se a chance de expressar sua cidadania, a partir do ano de 2001, com o surgimento de iniciativas que visavam fornecer mecanismos de acesso ao ensino superior para eles. Uma delas, a primeira do Brasil, foi a criação na UEMS do Curso Normal Superior Indígena com processo de seleção específico, oferecido em 2001 aos Terenas em Aquidauana-MS e em 2002 em Amambai-MS para os Guaranis.

As cotas para os indígenas, porém não foi uma iniciativa institucional, mas uma obrigatoriedade legal imposta pelo Governo do Estado através da Lei nº 2.589, de 26/12/2002, proposta pelo Deputado Murilo Zauit, hoje Vice-Governador e proprietário de um Centro Universitário na cidade de Dourados-MS que na época oferecia algumas vagas para os indígenas com o apoio da FUNAI. No entanto, com a lei de cotas promulgada, ampliou-se e melhorou a chance do acesso ao ensino superior, pois tornou possível a entrada de um número maior de indígenas, além do fato da UEMS ser pública.

Entretanto, nenhuma alteração em relação aos recursos financeiros despendidos pelo governo do Estado para a UEMS foi sequer cogitada pelo então deputado, com o objetivo de atender esta nova demanda.

Essa iniciativa da criação de cotas para indígenas é considerada inovadora e ousada, dando uma idéia positiva de gestão, mas como foi determinada sua implantação no prazo de 90 dias, não houve tempo hábil para modificação e adaptação de currículos, sensibilização e formação do corpo administrativo, docente e discente para o acolhimento da diferença representada pelos indígenas de várias etnias. Por essa razão acredita-se que a forma como foi implantada a lei gerou e ainda gera conflitos e, em consequência, fatores que propiciam a evasão e repetência dos indígenas. Acreditamos que a implementação de ações de permanência ainda se encontra deficitária.

Por outro lado, mesmo a implantação das cotas para indígenas não tendo ocorrido aliado às formas ideais de gestão, a mesma oportunizou aos indígenas a igualdade no acesso ao ensino superior, o resgate e a reafirmação da identidade étnica dos mesmos, fazendo-os sentirem-se orgulhosos de sua indianidade e ao mesmo tempo incentivando-os a permanecerem na terra, mas agora com conhecimentos científicos, que só academia pode oferecer.

Esta pesquisa mostra os caminhos percorridos pelos indígenas cotistas e pela UEMS, da criação da lei em 2002 até colação de grau em 2007 dos primeiros indígenas oriundos de cotas. Para tanto, utilizamos como fonte de pesquisa as atas de resultados finais, destacando os resultados por disciplina e a situação final, buscando demonstrar ano a ano a situação de cada um dos 67 (sessenta e sete) indígenas cotistas que se matricularam nos diversos cursos em 2004.

OBJETIVOS

- a) Analisar os dados de evasão curso a curso nos anos letivos de 2004 a 2007;
- b) Interpretar os dados apurados à luz de um referencial teórico que abrange as temáticas de educação, raça, etnia;
- c) Levantar as causas da evasão através de entrevistas/questionário com indígenas evadidos e freqüentes;
- d) Contribuir de forma eficaz com a gestão da UEMS na elaboração de políticas de permanência e ações pedagógicas que possam auxiliar na permanência dos indígenas.

METODOLOGIA

Foram utilizados ainda outros documentos como a relação dos indígenas cotistas que realizaram vestibular de dezembro de 2003 e ingresso em 2004, fornecido pela Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) da UEMS, com a situação geral dos indígenas, inclusive sua situação atual. Outro setor pesquisado foi a Assessoria Institucional de Legislação e Normas (AILEN), no qual recebemos explicações sobre o significado das siglas utilizadas nas atas de resultados finais, pois muitas delas tem praticamente o mesmo significado ou a diferença entre os conceitos não são suficientes para qualificar o termo evasão, dificultando a coleta e interpretação dos dados.

Visitamos o laboratório de informática do Programa Rede de Saberes, na unidade de Dourados, para saber como é feito o atendimento aos indígenas, e qual o tipo de serviço que mais utilizam. Na Pró-Reitoria de extensão, Cultura e Assuntos Comunitários visitamos o Programa de Assistência Estudantil (PAE), onde foi possível receber informações sobre as bolsas de permanência ofertadas aos indígenas via governo do estado. Descobrimos que as bolsas somente foram efetivadas em junho de 2005, um ano e meio após o ingresso dos primeiros indígenas cotistas. Muitos já haviam retornado à sua aldeia por falta de condições econômicas para se manter fora dela.

As bolsas foram criadas e implantadas, através do decreto n. 11.856 de 12.05.05, que tem em seus dispositivos exigências, na qual o indígena precisa preencher os requisitos determinados para ser beneficiado pela bolsa estágio, recebendo a título de custeio de sua formação profissional, o valor de R\$ 300,00 (trezentos) reais mensais, por atividades devolvidas em estágio de 12 (doze) horas semanais. Atualmente a nomenclatura da bolsa estágio indígena é Programa Vale Universidade Indígena (PVUI).

Após essas visitas a setores internos da UEMS e levantamentos de dados de desempenho durante as quais as dificuldades foram significativas tais como: poucos registros sobre indígenas cotistas, no período inicial das cotas, anos 2004 e 2005, tanto no laboratório do Programa Rede de Saberes, quanto no setor do Programa Vale Universidade Indígena, como também nas leituras e interpretação das atas de resultado final. A ausência de literaturas específicas e disponíveis sobre a presença indígena no ensino superior foi a maior de todas as dificuldades.

Quando da elaboração do projeto e desenvolvimento da pesquisa, estava previsto a aplicação de questionário para 10 indígenas evadidos e 10 indígenas remanescentes do primeiro ingresso. No entanto, mesmo evidando esforços e mecanismos diferenciados de aplicação (impresso, via e-mail, telefone, presencial) só foi possível obter respostas de 03 indígenas considerados evadidos e 07 indígenas remanescentes. Os evadidos por falta de endereços atualizados, telefones com números cancelados e a negativa de outros indígenas em oferecer contato dos mesmos, tornou-se uma barreira quase intransponível.

Em relação aos remanescentes, um deles se negou a responder o questionário, alegando não ter “interesse em colaborar com pesquisa alguma que diga respeito aos indígenas”. Constatamos ainda a falta de interesse geral dos indígenas em colaborar com pesquisas que possam melhorar sua situação acadêmica.

Os dados obtidos com o questionário foram acrescentados aos dados bibliográficos e as informações coletadas nos setores da universidade, permitindo uma comparação com dados já apontados na tese de doutoramento de Cordeiro, 2008. Essa junção de dados se tornou base deste trabalho e a seguir serão demonstrados.

RESULTADOS

Inicialmente falar de evasão no Ensino Superior, parece-me mexer num vespeiro, pois essa questão é preocupante em todo o país e no exterior, sendo motivo de grande preocupação dos gestores, levando-os a buscar soluções ou planos que verdadeiramente funcionem em suas Instituições, com o propósito de amenizar os índices alarmantes de

evasão, tanto de brancos, quanto de negros e indígenas, independentemente da forma de ingresso, cotas ou vagas gerais.

Para compreendermos o significado da palavra evasão, nos baseamos no dicionário digital Aulete Caldas que esclarece como sendo: “a ação ou resultado de evadir-se; fuga; desistência, abandono de algo;” evasão escolar: “diminuição do número de estudantes na escola por abandono do estudo antes de completado o curso”.

Como vemos, o significado da palavra evasão é bastante forte, como abandono de algo, e no caso dos indígenas cotistas, esse significado tem um peso muito maior, pois eles, para chegarem à Universidade, travam uma luta muito grande, tanto interior como exterior, como expressa um autor indígena, Luciano, 2006.

O processo de reafirmação das identidades étnicas articulado no plano estratégico pan-indígena por meio da aceitação da denominação genérica de índios ou indígenas resultou na recuperação da auto-estima dos povos indígena perdida ao longo dos séculos de denominação e escravidão colonial. O índio de hoje é um índio que se orgulha de ser nativo, de ser originário, de ser portador de civilização própria e de pertencer a uma ancestralidade particular. (p. 23)

Hoje podemos dizer que o indígena conseguiu resgatar o orgulho de sua ancestralidade, no entanto o que foi possível verificar através das análises dos dados pesquisados é que para os indígenas a evasão tem um significado diferente da evasão dos não índios, pois os indígenas travam verdadeiras batalhas para ingressar na universidade. A prova disso está nos dados do primeiro vestibular com cotas para os indígenas no ano de 2003, quando foram disponibilizadas 10% das vagas gerais e um total de 186 indígenas se inscreveram no vestibular. Foram aprovados 116, culminado na matrícula de apenas 67 indígenas, sendo 37 (trinta e sete) do sexo masculino e 30 (trinta) do sexo feminino. O fato de ter que morar fora da aldeia já inviabilizava o sonho de grande parte dos aprovados já no ato da matrícula.

Atualmente dos 67 que iniciaram em 2004, foram considerados 42 como evadidos 26 (vinte e seis) são do sexo masculino e 16 (dezesseis) do sexo feminino. Os remanescentes são 11, sendo 06 (seis) do sexo masculino e 05 (cinco) do sexo feminino, ainda matriculados e em fase de conclusão do curso. Dos que concluíram o curso até 2007 foram 08 e 04 concluíram o curso nos anos subseqüente. Os evadidos expressam um percentual de mais de 63% dos indígenas cotistas matriculados. Houve apenas uma transferência externa para cada sexo.

Quanto aos questionários, foram elaborados com algumas questões diferenciadas para acadêmicos evadidos e remanescentes. Dos considerados evadidos responderam apenas

03, e dos remanescentes 07 responderam o questionário. Os considerados evadidos são aqueles que no prazo de (02) dois anos não renovaram sua matrícula, conforme regulamento interno da UEMS. Os remanescentes são aqueles acadêmicos que permanecem cursando e estão dentro do prazo de validação do vestibular, não podendo ultrapassar 07 (sete) anos da data do vestibular inicial, sendo o prazo de jubilação superior a este tempo o que exigirá do acadêmico caso incorra nesta situação um novo vestibular para continuar no curso.

As questões iniciais tratam de dados de identificação e os resultados constatam que 70% são do sexo feminino e 30% do sexo masculino, e a maioria tem idade superior a 20 anos, característica de quem inicia a escolaridade um pouco mais tarde, fruto das dificuldades relacionadas a distância entre moradia e escolas ou ainda a ausência de escolas nas aldeias.

Em relação à renda familiar, a maioria dos indígenas vivem em condições de miserabilidade e a educação fica em segundo plano em relação a sobrevivência, pois mais de 50% dos pesquisados estão na faixa de renda familiar de até um salário mínimo. A questão financeira e o relacionamento professor-aluno estão presentes nos motivos que contribuíram para o abandono do curso e o não retorno.

O ingresso dos indígenas na UEMS da forma como foi realizado necessita de uma reflexão sobre diversas questões, conforme mostra os dados das questões de número 6 e 7 do questionário aplicado aos remanescentes e 7 e 8 no que foi aplicado aos evadidos, nas quais 60% das respostas em relação aos docentes demonstram uma inabilidade no modo de tratá-los e explicação de conteúdos feita em sala de aula de forma rápida sem considerar que muitos indígenas não dominam a língua portuguesa como primeira língua e desconhecem o significado de muitas palavras. Além disso, a quantidade de conteúdos e forma utilizada para explicar o conteúdo por parte de muitos docentes, dificultam o entendimento não apenas dos indígenas, mas de qualquer pessoa que ainda está na graduação.

A pesquisa de Cordeiro (2008), já havia relatado que 69% por indígenas cotistas possuem como renda familiar apenas 01 (um) Salário Mínimo, e os entrevistados confirmam essa realidade. Numa conversa informal, um pesquisado confessou que não assinalaria a renda, por ter vergonha do valor que sua família percebia e as imensas dificuldades financeiras que passavam.

Com a pesquisa percebemos que os indígenas cotistas, além de enfrentarem dificuldades que lhe são peculiares, também enfrentam a questão de adaptação ao novo ambiente acadêmico. Para amenizar este impacto a UEMS desenvolve ações afirmativas de permanência, como o Programa Rede de Saberes e, através do Convênio existente com o

Governo do Estado um programa de bolsas chamado de Programa Vale Universidade Indígena.

Perguntamos: será que bastam estas ações? E a preparação dos docentes? E a questão dos Currículos? Estas são algumas das questões que nos guiaram nesta discussão.

DISCUSSÃO

Merecendo uma crítica aos docentes, no sentido de que é necessário conhecer este novo público, para ser possível diminuir as distâncias entre o indígena e ao não indígena. Pois esta resistência tem haver com ausência de conhecimento étnico dos povos indígenas, segundo Ribeiro (2004, p12) etnia demonstra-se como uma das maiores forças da cultura humana. Assim, este é um dos aspectos que os docentes e demais pessoas envolvidas com a presença na universidade, precisam conhecer.

Ainda para Ribeiro, os indígenas buscam preservar sua cultura ao máximo mesmo compartilhando novos conhecimentos com os não índios, mas eles;

só não resistem à escravização pessoal que desgarrando as pessoas de sua comunidade, as transforma em mera força de trabalho, possuídas por um senhor e vivendo a existência que lhe impõe. Esta situação só consegue assim desaculturá-los, transformando-os em ninguém, que não sabem de si e não servem para ser índios nem civilizados. (2004.p12 §3º)

Acreditamos que os indígenas ingressam na UEMS, ou qualquer outra instituição de ensino superior do país, em busca do sonho de ter voz e ser ouvido tanto na sua comunidade quanto na sociedade em geral. Eles chegam, na esperança de receber apoio, de compartilharem conhecimentos, culturas, mas torna-se impossível permanecer insensível ao sentimento de indiferença, que muitas vezes é velado, mas que grassa nos corredores da Universidade e muitas vezes dentro de sala de aula. Ao se defrontarem com alguns professores, eles sentem o olhar destes queimando-os de desprezo, mas mesmo diante deste impedimento “os índios recorrem à educação escolar hoje em dia, como instrumento conceituado de luta” (FERREIRA, 2001 p.71).

Falar que somos um país multiculturalista, que apoiamos a diversidade étnico-racial, que não temos preconceito nem somos racistas é demagogia pura, pois quando é chegada a hora de colocar em prática essas ações, criamos barreiras e transferimos para mais tarde a efetivação das ações afirmativas que nos fariam compartilhar os conhecimentos, as tradições e o respeito pelo diferente. Acreditamos ser na Universidade o local onde se deve começar a diminuir a distância entre diferentes.

Segundo Carvalho (2005), “o foco da reprodução ou da mudança do sistema não está no perfil racial dos calouros, mas dos professores – somos nós, afinal de contas, que temos autonomia para gerir o sistema universitário brasileiro”(p.84).

Muitas justificativas se apresentam na tentativa de diminuir as dificuldades dos indígenas cotistas, sendo uma delas o fato de terem uma educação precária, seja na aldeia ou nas escolas públicas da cidade.

Luciano (2006) salienta que:

O modelo educacional brasileiro ainda concebe a escola para os índios como instrumento de integração de civilização linear e gradativa. Os conteúdos são impostos como necessário para a desindianização das crianças, daí o desinteresse pelo conhecimento e valores e pelas formas de vida indígena. O maior problema é a qualidade do ensino que é oferecida. (p.161)

No questionário a pergunta que se refere o local onde cursou o Ensino Médio, 100% dos pesquisados responderam que foi em escola da cidade, haja vista, o governo não desenvolver políticas públicas que beneficiem as aldeias com escolaridade no nível de ensino médio, obrigando os indígenas a se deslocarem, geralmente no período noturno, para concluir os estudos. Isso nos remete a intenção do processo de desindianização que força o indígena desde criança a descaracterizar-se de sua etnia como forma de não encontrar barreira na universidade. Como pano de fundo, vemos os recursos financeiros sendo negados aos indígenas, no sentido de não oportunizá-los com escola de ensino médio em sua própria aldeia.

Neste sentido fazem-se necessários outros aprofundamentos para que essas barreiras comecem a ruir e as dificuldades se amenizem. No entanto, para que uma adequada apropriação aconteça é necessário avançar em alguns aspectos afirmativos e propositivos de políticas públicas (LUCIANO, 2006). Ainda, [...] “a escola de educação básica presente nas comunidades indígenas enfrentam hoje profundas contradições e ambigüidades, em grande medida por conta do modelo educacional seriado vigente no país.”[...] p.160.

São muitos os questionamentos que surgem para entender como se dá a permanência dos indígenas na UEMS, para contribuir com esse entendimento, daremos destaque às ações de permanência da Instituição desde o ano seguinte de implantação das cotas, explanando com mais detalhe cada ação desenvolvida.

Programa Rede de Saberes

O Programa Rede de Saberes, foi implementado no final de 2005 a partir de um projeto desenvolvido pela gestão administrativa, que buscava incentivar a permanência dos

indígenas cotistas de modo satisfatório, já que o acesso estava garantido através da lei 2.589 de 26 de dezembro de 2002. Este programa tem parceria com outras instituições de Ensino Superior, denominadas Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e mais recentemente Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, com financiamento pela Fundação Ford, e tem por objetivo principal a permanência, promovendo a visibilidade do indígena cotista.

No sentido de visibilidade, foram realizados projetos nas temáticas de saúde, direitos humanos e educação e estas produções são apresentadas em eventos locais, nacionais e internacionais, garantindo assim intercâmbio entre a cultura indígena e do não indígena, na expectativa de minimizar essas diferenças.

Anteriormente havia outros projetos neste sentido, como o projeto “Trilhas de Conhecimento” que serviu de subsídio para ampliar a idéia de uma permanência mais efetiva dos indígenas cotistas na UEMS.

No Programa Rede de Saberes o indígena cotista tem a sua disposição laboratório de informática capacitado com micro computador com impressoras, apoio e tutorias nas disciplinas, cursos complementares, encontros para discutir encaminhamentos coletivos para a proposição de políticas institucionais e políticas públicas, a capacitação de não-índios e a inserção em projetos de pesquisa e extensão. Segundo a Pró-Reitora de Extensão da UEMS, Prof^a Dr^a Beatriz Landa em texto apresentado no congresso brasileiro de extensão universitário – CBEU, no ano de 2009 em Dourados-MS,

a inserção de estudantes indígenas em projetos de pesquisa e extensão foi uma das estratégias para a permanência, pois sabe-se que acadêmicos que participam destas atividades acadêmicas apresentam resultado mais satisfatórios no cumprimento das disciplinas curriculares de seus cursos.

Outra atividade desenvolvida pelo Programa Rede de Saberes, visando diminuir as dificuldades que os acadêmicos indígenas sentem em diversas matérias, é a contratação de um tutor para ministrar cursos, sendo que no ano de 2006 e 2007, foram oferecidos cursos de aperfeiçoamento em diversas áreas como: Língua Portuguesa, Ciências Biológicas, Física, Matemática, Direito Penal, Direito Civil, Informática entre outras, totalizando mais de 2.400h/a extra-curricular. (fonte: Laboratório Rede de Saberes Unidade Dourados).

A presença indígena no ensino superior um assunto ainda novo, obriga a UEMS a procurar várias maneiras para facilitar a permanência, oferecendo oportunidades para que os indígenas conquistem sua autonomia.

Programa Vale Universidade Indígena

O Programa Vale Universidade Indígena instituído pelo Decreto n. 11.856 de 12 de maio de 2005, é uma parceria firmada entre o Governo Estadual e a UEMS, visando garantir ajuda financeira para permanência do Indígena no Ensino Superior, oferecendo uma bolsa estágio no valor de R\$ 300.00 (trezentos reais) mediante cumprimento de requisitos que deverão ser cumprido rigorosamente para que o acadêmico seja beneficiado.

O acadêmico indígena do 1º ano recebe a bolsa, mas para continuar com o benefício nos próximos anos precisa atender uma série de exigências, dentre estas, não podem ter dependências ou reprovações, além de cumprir 12 horas de atividades na UEMS como estagiário ou em outras instituições, desde que a atividade esteja ligada ao currículo do curso. Chama atenção a exigência de 80% de frequência, conforme explicita no artigo 3º inciso IV (até 2008 era 90%), parecendo-nos exigência de cunho intencional, pois de acordo com a LDB é necessário apenas o cumprimento de 75% de frequência, sendo esta a exigência também para os acadêmicos não indígenas da UEMS. Porque a diferença? Não é esta mais uma forma de discriminação?

Em relação a questão sobre a escolha do curso, percebemos que os indígenas jovens possuem uma certa autonomia em relação à escolha do curso que escolheram fazer. Talvez por essa razão nenhum dos pesquisados informasse que foi indicação da família o curso escolhido. Acreditamos que em virtude da proximidade das aldeias com a cidade (caso de Dourados e Amambaí) e o fato de continuarem a morar nas aldeias e preservarem os costumes de seu povo mesmo após o ingresso na universidade, em muitas comunidades não há exigência ou imposição da família, quando se trata da escolha do curso, ou seja, do futuro destes.

Os cursos escolhidos são os mais diversos, apesar de não ter sido possível devido o baixo número de pesquisados, determinar quais cursos entre os acadêmicos entrevistados prevaleceu.

Foi possível perceber que das 30 (trinta) mulheres que ingressaram, 02 acadêmicas escolheram o Curso de Agronomia e 01 abandonou e 01 está matriculada; no Curso de Zootecnia 03 ingressaram e as 03 abandonaram; no Curso Normal Superior, ingressaram 07 sendo que 03 abandonaram e 04 foram diplomadas; em Ciências Biológicas ingressou apenas 01 e abandonou o curso; no Direito 02 ingressaram, mas 01 teve transferência externa e 01 abandonou; no Curso de Enfermagem 02 ingressaram e continuam matriculadas; no Curso de Letras 06 ingressaram, sendo que 04 abandonaram, 01 está matriculada e 01 foi diplomada; no Curso de Matemática 03 ingressaram e as 03 abandonaram o curso; no Curso de Turismo

03 ingressaram 01 abandonou e 02 continuam matriculadas; no Curso de Administração apenas 01 ingressou e abandonou o curso.

Já em relação aos indígenas do sexo masculino a situação atual dos 37 acadêmicos matriculados em 2004 é: no Curso de História foram matriculados 03 sendo que 01 abandonou, 01 continua matriculado e 01 foi diplomado; no Curso de Agronomia 03 ingressaram, 01 abandonou e 02 continuam matriculados; no Curso de Zootecnia 04 ingressaram e os 04 abandonaram; Curso Normal Superior 05 ingressaram, 02 abandonaram e foram 03 diplomados; Ciências da Computação, 02 ingressaram e os 02 abandonaram; em Ciências Biológicas 05 ingressaram, mas os 05 abandonaram; em Direito 05 ingressaram, 03 abandonaram, 01 continua matriculado e 01 foi diplomado; em Enfermagem 01 matriculado que permanece cursando; Turismo 02 matriculados 01 abandonou 01 continua matriculado; no Curso de Letras ingressaram 02 e os 02 abandonaram; no Curso de Administração 04 ingressaram, 03 abandonaram e 01 teve Transferência Externa; no Curso de Ciências Econômicas ingressou 01, mas abandonou o curso.

Percebe-se que os cursos que pertencem à área de Ciências Exatas são aqueles aonde ocorre o maior índice de abandono, independente do sexo do acadêmico.

Uma vez escolhido o curso, os cotistas preservam a escolha, sendo um percentual mínimo que opta pela troca de curso.

Quanto a questão que pergunta sobre as dificuldades nos relacionamentos com colegas não índios, apenas um pesquisado relatou dificuldades, citando o preconceito que sentem na convivência com os colegas, mas que nem sempre é demonstrado. Um exemplo do preconceito velado acontece quando da montagem de grupos em sala de aula. Os não índios, não apreciam a presença de indígenas em sua composição.

Já em relação aos professores, as dificuldades apresentada são muitas, pois 50% dos indígenas pesquisados apontaram a rapidez na explicação do conteúdo, como dificuldade no relacionamento com os professores e 30% disseram que há um desinteresse ou indiferença em relação aos indígenas, tornando a permanência difícil e 20% disseram que há desconhecimento da cultura indígenas por parte dos docentes.

Muitos docentes da UEMS ainda não se deram conta da necessidade de mudança na sua prática metodológica, de modo a contemplar as diferentes características dos grupos étnico-raciais que compõem a sala de aula, como falar mais devagar, pois muitos indígenas falam a língua materna e a língua portuguesa utilizada pelos professores, exige desses um raciocínio mais elaborado para compreender inclusive algumas palavras que não existem no vocabulário da língua materna usada, dependendo da etnia. Esse exercício exige do

acadêmico indígena uma re-elaboração mais complexa da matéria ministrada. Na tese de Cordeiro, 2008, p.112-113, esta retrata a mesma situação onde há relatos dos indígenas que dizem ser excluídos dos grupos por falar diferente (não dominarem a língua portuguesa) dos não índios, e ainda serem considerados incapazes e, muitos professores discutem contra as cotas em sala de aula, levando os indígenas a sentirem-se sem apoio perante aos professores, promovendo assim sua evasão.

O que se percebe é que esta é uma experiência nova para os cotistas, mas também para a UEMS que não ofereceu formação ao corpo docente para receber esse novo público. Por essa razão as principais dificuldades apontadas pelos indígenas têm relação com o volume de conteúdos e a didática utilizada pelo professor, demonstrando que não estão preparados na grande maioria, para trabalhar com indígenas e tão pouco outros grupos considerados excluídos, pois nivelam a aula sem levar em conta a diversidade presente.

A questão de número 8, foi usada para quantificar o nível de satisfação do indígena cotista em relação a acolhida recebida. A nota máxima foi 8,0 (oito), demonstrando que a UEMS está preparada para o acesso por conta do pioneirismo das cotas, mas que de forma nenhuma se mostrou mesmo com todo o seu aparato diferencial, preparada para fazer a inclusão do cotista de forma satisfatória. Observando a valoração em relação a receptividade da UEMS de uma forma ampliada, na qual é considerado todo o conjunto da universidade no quesito recepção, percebe-se que os indígenas consideram que a UEMS está se adaptado a essa nova clientela.

Por outro lado é de se considerar que tem apenas 06 (seis) anos do ingresso da primeira turma de indígenas cotistas, relevando que toda modificação ou alteração exige tempo para consolidar-se.

É uma realidade o acesso dos indígenas na UEMS, mas ainda é necessário pensar sobre cotas, no sentido de avaliar sua função social na universidade pública. Ainda neste olhar segundo Carvalho, 2005, [...] “somente agora poderemos começar a construir um modelo intercultural de leitura da história comum entre brancos, negros e índios no Brasil. E essa leitura corre paralela ao movimento concreto de promoção da igualdade étnica e racial no ensino superior.” (p.135).

Apesar de somente ter 07 anos de política de cotas para indígenas na UEMS, e ter conseguido diplomar 10 acadêmicos indígenas dos 67 ingressantes, podemos afirmar que houve avanços no sentido das ações de permanência considerando que a questão étnico-racial é um assunto evitado na academia, inviabilizando conquistas.

No entanto, a pesquisa buscava mostrar as causas de evasão curso a curso, bem como levantar estas causas através do questionário e, por fim contribuir com idéias de ações de permanência para indígenas cotistas. Desta forma, conforme questionários, visitas aos setores e dados fornecidos pela UEMS, podemos concluir que foram encontrados fatores nas ações de permanência que contribuíram para a evasão, como o rigor exigido pelo Programa Vale Universidade Indígena para a permanência dos indígenas cotistas, já citado anteriormente no texto, além de não possuir outro membro da família beneficiado neste programa, conforme a última resolução da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária - SETAS/MS n. 50. de 29 de janeiro de 2009.

Estas exigências são no mínimo desestimulantes, pois o indígena que mora em aldeia próxima a cidade, tem despesas com transporte, alimentação, e aquele que mora na cidade, tem necessidades básicas, como pagar aluguel, alimentação e transporte. O valor da bolsa não é suficiente para a sobrevivência e despesas com o curso. Por isso, muitos indígenas mesmo contemplados com a bolsa, após alguns meses retornam para a aldeia.

O Programa Rede de Saberes, apesar de oferecer laboratório de informática, que ajuda nas questões práticas, como pesquisas na internet, cópias, cursos básico de manuseio ao computador, o principal que é a tutoria no sentido de oferecer subsídios aos indígenas, como cursos de reforço aos conteúdos específicos da grade curricular da UEMS, somente foi oferecida no ano 2006 e 2007, mas no aspecto da língua materna não foi realizada, distanciando cada vez mais o indígena cotista de sua origem e minimizando a importância deste fator aos docentes.

Se esta interculturalidade entre a língua materna e a língua portuguesa processada pelo corpo docente amenizaria a distância entre o professor e o acadêmico indígena. O desinteresse pela cultura indígena por parte de muitos docentes afasta qualquer possibilidade de sucesso no processo de permanência dos indígenas cotistas, fomentando a evasão.

Portanto, diante de todos os dados e informações oferecidos poderemos sugerir a UEMS uma agilidade no processo de discussão permanente sobre a questão étnico-racial e a relação entre os professores, técnicos, comunidade acadêmica e os indígenas; mudanças de currículos dos cursos, adequando-os a uma realidade permeada de diversidade cultural e a realização de eventos sobre a temática ligada a cultura indígena envolvendo toda universidade, de forma permanente, com o propósito de dirimir a evasão dos indígenas cotistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CALDAS, Aulete. dicionário digital.

CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior . São Paulo.attar. 2005.199p.

CORDEIRO, Maria J. de J. Alves. *Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso*. São Paulo, 2008. Tese de Doutorado defendida na PUC/SP em 14/05/2008.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. Artigo publicado na Revista FAPESP. 2000.

LUCIANO, Gersen dos Santos. O índio brasileiro. O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. p.226

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 3ª reimpressão.2004. 551p.

Sites:

www.Rededesaberes.org/eventos

www.aulete.digital.com.br